

ANEXO
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12. 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.JOÃO DA MADEIRA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede social na Rua Manuel Luís Leite Júnior nº 777, fundada em 7 de Dezembro de 1921 e registada na Direcção Geral de Segurança Social, no Livro das Irmandades de Misericórdia sob o nº7/87, desde 26 de Fevereiro de 1987. O Compromisso vigente foi aprovado pela Diocese do Porto em 6 de Agosto de 2015 e pendente de registo na Direcção Geral de Segurança Social.

A Instituição tem as seguintes respostas sociais:

- Lar de Idosos “ São Manuel”
- Casa de Repouso “ Manuel Pais Vieira Júnior “
- Creche do Abrigo Infantil das Laranjeiras
- Creche do Centro Infantil
- Creche “ Alberto Pacheco “
- Estabelecimento de Ensino Pré – Escolar do Abrigo Infantil das Laranjeiras
- Estabelecimento de Ensino Pré – Escolar do Centro Infantil
- Centro de Dia
- Centro de Acolhimento Temporário “Oliveira Júnior”
- Centro Comunitário “ Porta Aberta “
- ATL – ABC (Centro de Acolhimento Temporário “Oliveira Júnior”)
- ATL EB1 Casaldelo
- ATL EB1 Condes Dias Garcia
- ATL EB1 Fontainhas
- ATL EB1 Espadanal
- ATL EB2 “ Pó de Giz “
- Actividades de Enriquecimento Curricular
- Equipa de Intervenção Directa – Trilho
- Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial a Doentes de HIV + e Famílias
- Unidade Cuidados Continuados Longa Duração Manutenção “Sidónio Pinho Alvares Pardal”
- Cantina Social
- Irmandade

POPULAÇÃO UTENTE – 2016				
Respostas Sociais		Capacidade	Frequência Participada	Frequência Efetiva
TERCEIRA IDADE	Lar Idosos "S. Manuel"	90	90	90
	Centro Dia	15	15	15
	Casa de Repouso "Manuel Pais Vieira Júnior"	83	n.a.	66
	Total 3ª Idade	188	105	171
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Abrigo das Laranjeiras – EEPE	80	60	58
	Abrigo das Laranjeiras – Creche	60	60	60
	Centro Acolhimento Temporário "Oliveira Júnior"	30	30	30
	Centro Infantil – Creche	100	78	78
	Centro Infantil – EEPE	100	100	100
	Creche Alberto Pacheco	60	60	76
	ATL - EB1 Casaldelo	30	30	30
	ATL - EB1 Conde Dias Garcia	35	35	35
	ATL - EB1 Espadanal	50	50	50
	ATL - EB1 Fontainhas	25	25	25
	ATL – ABC	35	35	25
	ATL EB2	40	30	30
Total Infância e Juventude		645	593	596
FAMÍLIA E COMUNIDADE	AEC - Actividades Enriquecimento Curricular	n.a.	n.a.	n.a.
	Centro Comunitário "Porta Aberta" / Cantina Social	n.a./100	n.a./87	n.a./87
	Trilho - Equipa de Intervenção Directa	n.a.	n.a.	n.a.
	Trilho - CAAP HIV+	n.a.	n.a.	n.a.
Total Família e Comunidade		100	87	87
SAÚDE	Unidade de Cuidados Continuados	31	29	31
	Total Saúde	31	29	31
TOTAL GERAL		964	814	886

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para o Sector não Lucrativo.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso no fornecimento de serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção) e estão sujeita a perdas por imparidade.

3.2 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 01 de Janeiro de 2011 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos tangíveis	4-8

A amortização dos activos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efectuado de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 IMPARIDADE DE ACTIVOS

A Instituição avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”.

3.4 INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. É utilizado o “Custo Médio Ponderado” como método de custeio.

3.5 CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.6.1 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6.2 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações

decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6.3 Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6.4 Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

3.6.5 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo que sejam imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.7 REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.8 RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da actividade da instituição. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

3.9 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

3.10 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são reflectidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

3.11 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	31-12-2016	31-12-2015
Numerário		
- Caixa	22.255,51	26.213,47
Depósitos Bancários		
- Depósitos à ordem	3.039,57	8.022,27
- Depósitos a prazo	0,00	0,00
- Outros depósitos	0,00	0,00
	3.039,57	8.022,27
Total de Caixa e seus Equivalentes	25.295,08	34.235,74

5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip.básico	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2016							
Custo de aquisição	225.268,19	892.489,10					1.117.757,29
Depreciações acumuladas		-705.192,61					-705.192,61
Valor líquido	225.268,19	187.296,49					412.564,68
31 de Dezembro de 2016							
Adições							
Alienações							
Transferências e abates							
Depreciações - exercício		-17.849,76					-17.849,76
Depreciações - alienações							
Dep. - transf e abates							
Valor líquido	225.268,19	169.446,73					394.714,92
31 de Dezembro de 2016							
Custo de aquisição	225.268,19	892.489,10					1.117.757,29
Depreciações acumuladas		-723.042,37					-723.042,37
Valor líquido	225.268,19	169.446,73					394.714,92

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do activo fixo intangível foram como segue:

	Equipamento Básico	
	Programas de computadores	Total
01 de Janeiro de 2016		
Custo de aquisição	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	0,00	0,00
Valor líquido	0,00	0,00
Total Líquido	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2016		
Adições	1.011,06	1.011,06
Alienações	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Depreciações - exercício	-56,16	-56,16
Depreciações - alienações	0,00	0,00
Dep. - transf e abates	0,00	0,00
Valor líquido	954,90	954,90
31 de Dezembro de 2016		
Custo de aquisição	1.011,06	1.011,06
Depreciações acumuladas	-56,16	-56,16
Valor líquido	954,90	954,90
Total Líquido	954,90	954,90

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
01 de Janeiro de 2016							
Custo de aquisição	1.603.204,94	7.784.907,70	710.716,90	159.249,50	442.308,18	403.622,93	11.104.010,15
Depreciações acumuladas	0,00	-3.897.943,11	-653.576,78	-159.249,50	-438.971,04	-239.937,70	-5.389.678,13
Valor líquido	1.603.204,94	3.886.964,59	57.140,12	0,00	3.337,14	163.685,23	5.714.332,02
AFT em curso	0,00	428.542,35	0,00	0,00	0,00	0,00	428.542,35
Total Líquido	1.603.204,94	4.315.506,94	57.140,12	0,00	3.337,14	163.685,23	6.142.874,37
31 de Dezembro de 2016							
Adições	0,00	420.524,25	54.490,14	0,00	17.478,76	3.173,82	495.666,97
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações - exercício	0,00	-272.526,38	-17.931,26	0,00	-9.965,97	-22.574,17	-322.997,78
Depreciações - alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dep. - transf e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido	1.603.204,94	4.034.962,46	93.699,00	0,00	10.849,93	144.284,88	6.315.543,56
31 de Dezembro de 2016							
Custo de aquisição	1.603.204,94	8.205.431,95	765.207,04	159.249,50	459.786,94	406.796,75	11.599.677,12
Depreciações acumuladas	0,00	-4.170.469,49	-671.508,04	-159.249,50	-448.937,01	-262.511,87	-5.712.675,91
Valor líquido	1.603.204,94	4.034.962,46	93.699,00	0,00	10.849,93	144.284,88	5.887.001,21
AFT em Curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Líquido	1.603.204,94	4.034.962,46	93.699,00	0,00	10.849,93	144.284,88	5.887.001,21

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efectuados testes de imparidade.

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da demonstração dos resultados pela sua totalidade

8. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, e os juros suportados, é como que segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2016				31.12.2015		
	Corrente (até 1 ano)	Não Corrente (mais de 1 ano)	Total	Juros suportados	Corrente (até 1 ano)	Não Corrente (mais de 1 ano)	Total
Empréstimos bancários: Financiamentos obtidos	487.876,88	883.025,62	1.370.902,50	15.087,71	254.927,06	1.215.656,91	1.470.583,97

Financiamentos contratados com Instituições de Crédito:

Contrato n.º	Instituição de Crédito	Valor inicial	Maturidade
044-00244-22	Banco Popular	150.000,00	Agosto-2023
124945711	Millennium BCP	750.000,00	Junho-2023
245946421	Millennium BCP	250.000,00	Junho-2020
2678649/830/0001	BPI	500.000,00	Março-2019
00500000231	Banco Popular	100.000,00	Dez.º-2017
278609231	Millennium BCP	50.000,00	Fev.º-2017
	FRSS	500.000,00	Set.º - 2019

9. INVENTÁRIOS

9.1 QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

O custo dos inventários reconhecidos, em 2016, como gasto e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 61.983,86€, conforme se evidencia abaixo:

	2016	2015
	Matérias-primas, Subs. e de Consumo	Matérias-primas, Subs. e de Consumo
Inventário inicial	5.633,12	6.754,41
Compras	56.350,54	121.880,97
Inventário final	0,00	5.633,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61.983,86	123.002,26

10. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

DESCRIÇÃO		Subsídios do Estado e outros entes públicos	
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao Período
1	Subsídios relacionados com activos/ao investimento:		24.308,33
1.1	Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + 1.1.3)		
1.1.1	Edifícios e outras construções		23.831,44
1.1.2	Equipamento básico		368,10
1.1.4	Equipamento administrativo		108,79

14. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	2016	2015
Clientes c/ gerais nacionais	224.990,56	172.676,80
Total Clientes	224.990,56	172.676,80

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a decomposição da conta “Outras Contas a Receber”, é como segue:

	2016	2015
Outros devedores	104.493,47	124.491,38
Fornecedores contas gerais		12.184,61
Fornecedores de investimentos		65,31
Total Outras Contas a Receber	104.493,47	136.741,30

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a Instituição tem registado na rubrica de diferimentos activos os seguintes saldos:

	2016	2015
Assistência técnica UCC	572,31	1.144,45
Aumento de potência do quadro eléctrico	357,93	715,79
Aluguer garrafas de oxigénio	0,00	754,40
Outros diferimentos	0,00	285,80
Diferimentos Activos	930,24	2.900,44

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a Instituição tem registado na rubrica de diferimentos passivo (Rendimentos a reconhecer) os seguintes saldos:

	2016	2015
Rendimento a reconhecer "Casa de Repouso"	750.548,52	605.120,47
Outras valências	160.701,03	183.136,59
Lar de Idosos "S. Manuel"	146.878,02	209.294,37
Outras (remissão de mensalidades)	190.166,57	288.932,92
Total	1.248.294,14	1.286.484,35

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a decomposição da conta "Outras Contas a Pagar", é como segue:

	2016	2015
Credores diversos	174.736,28	157.736,28
Clientes contas gerais	14.608,85	25.955,12
Credores p/acrécimo de gastos	374.431,68	382.573,32
Outras (Sindicatos, Retenções Judiciais e Pessoal)	1389,66	991,61
Total Outras Contas a Pagar	565.295,53	567.256,33

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

18. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	2016	2015
Fornecedores c/ gerais nacionais	532.813,90	678.573,28
Fornecedores c/ cheques - pré datados	250.870,87	27.518,08
Total	783.684,61	706.091,36

	2016	2015
Fornecedores de investimentos gerais	51.967,91	57.424,77
Fornecedor de investimentos títulos a pagar	0,00	0,00
Total	51.967,91	57.424,77

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, os saldos com o Estado são os seguintes:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRS	0,00	23.966,12	0,00	21.930,28
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	31.623,87	0,00	45.335,93	0,00
Contribuições p/ segurança social - corrente	0,00	126.126,26	0,00	108.629,23
Contribuições p/ segurança social - não corrente	0,00	193.978,09	0,00	66.035,68
TOTAL	31.623,87	344.070,47	45.335,93	196.595,19

20. CAPITAL PRÓPRIO

20.1 Movimentos nas contas de capital próprio

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundo Social	977.006,66			977.006,66
Outros instrumentos de capital				
Reservas:				
Outras Reservas	74.098,23			74.098,23
Resultados transitados	-1.201.984,97		-274.445,92	-1.476.460,89
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis:				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	1.418.754,78			1.418.754,78
	1.267.874,70		-274.445,92	993.428,78
Outras variações no capital próprio:				
Subsídios	820.024,25	24.308,33		795.715,92
Doações	864.377,13			864.377,13
	1.684.401,38	24.308,33		1.660.093,05
Resultado líquido do período	-274.445,92	-338.428,99	274.445,92	-338.428,99
TOTAL	2.677.830,16	-314.120,66	0,00	2.315.082,84

21. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS

O montante das prestações de serviços e de subsídios reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2016	2015
Prestação de Serviços	2.345.206,32	2.295.280,93
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2.044.219,76	2.171.997,13
TOTAL	4.389.426,08	4.467.278,06

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos principais gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados	48.923,02	51.154,34
Honorários	273.766,09	254.721,33
Conservação e reparação	67.130,82	78.725,57
Ferramentas de desgaste rápido	14.145,09	11.485,46
Material didáctico	18.215,58	19.109,15
Electricidade	119.857,86	124.665,83
Combustíveis	85.988,77	96.406,80
Deslocações, estadas e transportes	16.741,52	14.111,75
Rendas e alugueres	23.340,73	26.277,56
Comunicação	17.453,56	20.681,78
Seguros	11.907,28	12.671,99
Limpeza, higiene e conforto	61.208,31	62.481,02
Encargos com utentes	230.626,79	230.437,69
Outros	583.158,52	515.917,32
Total dos FSE	1.554.248,36	1.518.847,59

23. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal foram como segue:

	2016	2015
Remunerações		
Pessoal	2.376.398,03	2.389.724,81
Subtotal	2.376.398,03	2.389.724,81
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	487.526,17	490.206,82
Seguro acidentes de trabalho	30.753,09	17.529,44
Outros	9.178,07	12.114,94
Subtotal	527.457,33	519.851,20
TOTAL	2.903.855,36	2.909.576,01

Em 31.12.2016 o número de pessoas ao serviço da instituição era de 222

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	22.435,56	19.761,37
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	106.170,59	113.227,14
Correcções relativas a Exerc. Anteriores	2.868,37	24.826,50
Imputação de sub. p/ investimento	24.308,33	26.029,32
Donativos	59.806,87	58.755,88
Outros	14.417,94	15.766,40
Total	230.007,66	258.366,61

25. JUROS E GASTOS SIMILARES

Detalhe:

	2016	2015
Juros de financiamento	15.087,71	26.059,41
Outros juros	10.643,80	6.681,89
Total	25.731,51	32.741,30

26. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe:

	2016	2015
Impostos	2.308,40	876,25
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	25.915,00
Outros	68.831,54	48.186,98
Total	71.139,94	74.978,23

27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de Dezembro de 2016 a Instituição não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2016 a Instituição tinha a sua situação regularizada com o Estado e com os seus trabalhadores.

A regularização da situação contributiva com a Segurança Social está titulada por dois acordos de pagamento em 120 prestações cada. O primeiro, no valor de 114.338,24€, respeita aos meses de Agosto (parte), Setembro e Outubro de 2012. O segundo, no valor de 159.449,14€, contempla as contribuições dos períodos de Dezembro 2015, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2016. Como Garantia está onerado o prédio descrito na CRP de São João da Madeira sob o número 6955, por duas hipotecas voluntárias, a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.

28. GARANTIAS PRESTADAS

Para além da Garantia referida no ponto anterior, o mesmo prédio (CRP n.º6955) constitui-se garantia real dos dois contratos de crédito firmados no MILLENNIUM BCP, a saber, contratos de crédito com os números 124945711 e 245946421.

O contrato de crédito com o número 2678649, firmado no BPI, beneficia de garantia real por oneração hipotecária de 50% do prédio misto, descrito na CRP de S. João da Madeira sob a ficha 04318/20062002 e inscrito na matriz predial de S. João da Madeira sob o artigo urbano 817 e rústico 1018, e de 100% do prédio descrito na CRP de S. João da Madeira sob o n.º4882/20060324, e na Repartição de Finanças de S. João da Madeira sob o artigo matricial urbano 1806.

O contrato de crédito firmado com o Banco Popular com o número 044-00244-22, beneficia de garantia por oneração hipotecária do prédio descrito na CRP de S. João da Madeira sob o número 4801/08072005, e que é parte do inscrito na matriz predial urbana 6878, e sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de S. João da Madeira sob o número 2126/19911107, descrito na matriz predial urbana sob o artigo 984 da Repartição de Finanças de S. João da Madeira.

O contrato de crédito firmado com o Fundo de Restruturação do Setor Solidário tem por garantia a cessão de créditos sobre as participações financeiras transferidas pelo Instituto de Segurança Social IP ao abrigo de Acordos de Cooperação sobre o funcionamento de respostas sociais.

29. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

Nenhum membro da Mesa Administrativa ou de qualquer Órgão Social desta Irmandade é remunerado.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos relevantes desde 31 de Dezembro de 2016 até à presente data.

31. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os dispêndios de carácter ambiental ocorridos no exercício ascenderam a 7.630,48€ tendo sido reconhecidos integralmente como gastos do período.

S. João da Madeira, 08 de Março de 2017